

Nota introdutória de Felipe Pathé Duarte

A natureza da guerra
em três atos

A maior parte das peças teatrais é composta por três atos. Cada ato é composto por várias cenas, marcadas pela entrada e pela saída de personagens. No final de cada ato, cai a cortina e pode haver mudança de cenário. Este texto, sobre a natureza da guerra, deverá, assim, ser lido ao longo de três atos: com a respetiva exposição, clímax e desenlace.

O ato I, introdutório, tem como cenário o ano de 1932, uns anos depois do primeiro grande conflito à escala mundial. A trama anda em torno da impossibilidade de definição da causa da guerra. As personagens principais são Einstein e Freud. O ato II, mais longo, interrompe a sequência cronológica. E, em analepse, coloca-nos em 1832 à procura da resposta para a questão colocada no ato anterior. Agora, o pano de fundo é a Europa depois de Napoleão e do Con-

gresso de Viena. A personagem principal é Clausewitz. Por fim, temos o desenlace. O ato III reflete então a contemporaneidade e a pós-humanização da guerra. O protagonista será o guerreiro contemporâneo.

Ato I:

«Existe alguma forma de livrar a Humanidade da ameaça da guerra?»

Esta questão foi colocada por Albert Einstein e espoleitou a correspondência com Sigmund Freud. O diálogo entre os dois data de 1932, como já dissemos. Temos assim um contexto específico: estamos no pós-Primeira Grande Guerra, e em Genebra ainda vai funcionando a Sociedade das Nações de Woodrow Wilson, criada em 1919 e extinta em 1942.

Primeira cena — A suspeita

Estas cartas estão entre a memória de uma destruição sem precedentes e a esperança de um contrato social originário entre as nações que as obrigue a não se imiscuírem em conflitos internos de cada uma, mas somente a proteger-se de ataques exteriores. Ainda não refletem os ímpetos de Adolf Hitler. São dois intelectuais judeus que pensam o Homem e a guerra antes da *shoah* e da perda da ingenuidade ocidental. Depois de Auschwitz e de Hiroxima/Nagasaki, o mundo deixou de ser o mesmo. Mas eles ainda estavam longe de o saber.

Entre um passado de violência extrema e o devir de uma paz duradoura, Einstein e Freud pensaram a natureza bélica do Homem. Porém, não tiveram grande sucesso na certeza. E o seu debate serviu de pouco para a década vindoura.

Tal como Nietzsche e Marx, Freud também suspeitava da relação entre a verdade e a palavra. Partindo de um desdobramento do sujeito, os três estabeleceram uma crítica à ideia moderna e cartesiana de que o sentido e a consciência coincidem. Puseram em causa a capacidade da razão humana para apreender o sentido do mundo. Ricoeur definia-os como os mestres da suspeita. Eles mudaram o pensamento moderno ocidental. Apontaram a dúvida e a suspeita na certeza. Einstein poderia ser incluído neste trio. Assim, podemos juntar a relatividade geral ao inconsciente freudiano, à vontade de poder nietzschiana e ao imperialismo da vontade social dominante de Marx.

A refletir o porquê da guerra temos então dois pensadores que deram um golpe decisivo na pretensão soberana da racionalidade moderna. Contudo, se em Freud assistimos a um ceticismo antropológico, em Einstein temos um certo otimismo preocupado. No primeiro, antevemos Thomas Hobbes (em *Leviathan*, 1615); e no segundo Immanuel Kant (em *Zum*

Ewigen Frieden. Ein Philosophischer Entwurf, 1796). Nenhum deles se supera. Não conseguem responder se algum dia terminará a guerra.

Segunda cena — A impossibilidade

O físico considera um governo mundial que livre a Humanidade da ameaça de conflitos armados. O psicanalista vê a guerra como uma expressão de um impulso destrutivo consubstancial ao humano — a sua erradicação é impossível. Mas atenção: ambos parecem considerar no contrato social um garante de segurança. E nestas cartas subjaz que, tanto para Einstein como para Freud, a anarquia que define o sistema internacional precisa de uma permanente racionalização que a submeta e dispense o uso da força. Ou seja, em 1932, não obstante os avanços do Direito Internacional, a guerra ainda era o principal instrumento de política externa.

Até à Primeira Grande Guerra, não havia uma proibição do uso da força nas relações entre as nações. Aos estados cabia o direito de fazer a guerra. Em todo o caso, a mortandade de 1914-1918 levou a que, em nome dos interesses superiores da Humanidade, se fosse para além da ideia clássica de Estado sobe-

rano. Foi com essa memória que estas cartas foram escritas.

Do diálogo retiramos que o permanente conflito entre *eros* e *thanatos* de Freud impossibilita a *cosmo polis* de Einstein. À semelhança de Nietzsche ou até de Georges Sorel, para o clínico a violência imanente ao Homem é fruto do seu instinto. E isso parece impossibilitar o projeto humanista de uma paz perpétua contratual. Em Einstein, há um misto de reflexões ingênuas com algumas ideias radicais. A ingenuidade, por exemplo, por considerar que a alteração de métodos educativos poderia eliminar os obstáculos psicológicos que servem de base para a guerra. Radicalismo, ao ver numa minoria política e social o grupo dominante que controla o sistema educacional, a imprensa e as instituições religiosas — capaz de influenciar as emoções das massas e de as tornar uma ferramenta para seu benefício.

Ato II:¹

«Antes estar certo com Clausewitz, que errado com todos os outros?...»

Precisamente 100 anos antes desta troca de cartas, é publicado o magistral Vom Kriege, ou Da Guerra. Neste tratado, o general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831) empreende uma fuga ao engodo intelectual de Einstein e Freud. Na ambiciosa procura de uma fenomenologia da guerra, superam-se os opostos.

Primeira cena — A maravilhosa trindade

O leitor atento reconhecerá neste título o bordão *soixante huitard*, que opunha Raymond Aron a Jean-Paul Sartre. Foi roubado para, indiretamente, resgatar Aron — o sintetizador contemporâneo do pensamento de Carl von Clausewitz, para quem não é possível eliminar a guerra e evitá-la sempre.

¹ Os parágrafos que se seguem tiveram como ponto de partida um artigo do autor intitulado «Trindade de Clausewitz: Uma Revisitação Dialéctica»; *Estratégia*, vol. XXI, 2012, Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica; pp. 281-295.

Em Clausewitz (e, por inerência, também em Aron), há uma subordinação da guerra à ação política. Porém, nenhum pensa a política por referência à guerra — como o fez Carl Schmitt, em 1931, no *Der Begriff des Politischen*. O nosso prussiano afirmava que a guerra é a continuação da política, mas por outros meios. Ou seja, a vontade de poder, associada a ideias que a catalisem, é a razão para a guerra. Logo, enquanto houver exercício de domínio, haverá conflito e guerra. Poderá fazer sentido lembrar que, no alemão, o substantivo *gewalt* significa força, violência, poder ou autoridade — um pormenor muito bem explorado em 1931 por Walter Benjamin, no ensaio *Zur Kritik der Gewalt*, de 1921.

Ao longo de 30 anos, Clausewitz reuniu as suas ideias sobre a natureza da guerra para uma obra que nunca chegou a concluir. Neste ato, referir-nos-emos apenas à última parte do «Livro I», a única finalizada e na qual está a matriz que influenciará todo o pensamento de *Vom Kriege*.

Entrando agora em detalhe. O prussiano sugere um modelo interpretativo da guerra que assenta na chamada «maravilhosa» trindade (*wunderliche Dreifaltigkeit*). Falamos da dinâmica entre três elementos: a violência primordial, o ódio e a inimizade; o jogo entre o acaso e a probabilidade; e, por último,

a racionalidade, que poderá ser representada pela dimensão política. Compara ainda a guerra a um camaleão, porque altera a sua cor; dependendo de cada situação em particular, adapta-se.

Temos assim três categorias que, em jeito dialético, poderão ser interpretadas como uma combinação entre força, paixão e razão. Ou, se quisermos, um sistema que, em abstrato, deverá encontrar equilíbrio entre fatores irracionais, *arracionais* e racionais. Conceptualizando um pouco mais, Clausewitz associa cada uma destas variáveis formas estruturadas de ação humana. No caso da violência primordial, ao povo. No que toca ao acaso e à probabilidade, às forças armadas. E, por fim, a racionalidade política é associada ao Governo e ao Estado.

O povo é identificado com as forças irracionais, que têm como motor a violência primordial e instintiva do homem, as emoções imediatas de ódio e inimizade. As forças armadas, através da criatividade e da genialidade dos seus comandantes, surgem como uma forma de superação da contingência que, fruto da probabilidade e do acaso (fatores *arracionais*), ou da «fricção» do ódio primordial, são parte inerente do conflito. Esta dinâmica é resultado de uma racionalidade política e deve ser subjugada na figura de um estado ou de um governo.

As forças que levam a cabo a ação armada estão sempre sujeitas àquilo a que o prussiano chamou «fricção». Trata-se de uma premissa que poderá expor a condução da guerra aos desígnios do acaso, perturbando a aplicação da força para a vitória. Porém, a aplicação de força acarreta sempre a possibilidade de a ação nem sempre correr de acordo com o previsto. Aí, a decisão do comandante revela-se essencial para superar estes atritos e contornar os problemas da «fricção» e do «acaso».

Ademais, não são só estes os fatores que condicionam a aplicação da força. Ao comando estratégico também cabe o refrear da cólera do povo, a irracionalidade da violência primordial. A força extrema tem de ser condicionada na condução da guerra. A razão surge agora como uma espécie de moderação, ou antítese, da paixão inicial. Há, portanto, uma subordinação do esforço militar aos desígnios da razão. Não se empurra o uso da força para o extremo. A motivação para o uso da violência também pode exercer uma influência moderadora sobre o carácter da guerra. Há uma exigência que impõe proporção do uso da força. Esta subordinação está bem plasmada no adágio clausewitziano que entende a guerra como a continuação da política por outros meios.

Daqui transitamos facilmente para a questão da paixão, ou para o combustível fundamental do «motor»

racional. A vontade de vitória, de acordo com o prussiano, é fruto dessa paixão. E é essa mesma paixão irracional que a dimensão racional deverá burilar, para tornar plausível o caminho para o triunfo bélico.

Agora podemos perceber porque é que no mesmo confronto armado há diferentes graus de empenhamento beligerante. E também porque é que uma das partes pode interpretar a ação da outra como sendo irracional. Tudo depende da intensidade que é atribuída à vitória pelas fações em confronto.

Daqui também se vê porque é que objetivos políticos muito ambiciosos se podem tornar um obstáculo na condução da guerra, pois nem sempre acaitam suficiente «paixão» que permita a persecução da vitória. Mas guerras que tenham como pano de fundo motivações consideradas vitais (catalisadas em princípios políticos, ou seja, de acordo com a razão) levam a que a «paixão» se transforme numa ação estratégica implacável, facilmente aniquiladora de um adversário que não tenha o mesmo grau motivacional — é o caso, por exemplo, de guerras de carácter revolucionário ou de ocupação. Portanto, as motivações menos pungentes poderão restringir a influência da vertente irracional como ação estratégica, mas retiram força anímica à motivação de combate.

Segunda cena — A conjugação trinitária

A conjugação destes três elementos (violência primordial, o jogo entre o acaso e a probabilidade e a dimensão racional) é, para o general prussiano, a marca da imprevisibilidade da guerra.

Comparando-a com o dinamismo da atração magnética, Clausewitz sugere que o desenrolar da guerra é como um pêndulo sobre os três pontos de atração que compõem esta trindade: balançam sobre eles de uma forma não padronizada. O percurso deste balancear nunca é determinado por uma força só, mas pela interação das três, sendo que a intensidade de cada uma é bastante variável. Assim, demonstra-se o comportamento não linear da guerra. Consoante o contexto onde se desenrola o conflito, mais peso terá determinado fator. Por exemplo, numa guerra justificada por ocupação territorial, o peso da violência primordial é muito diferente entre as partes beligerantes, como foi o caso dos movimentos anti-coloniais ou da reação ucraniana à invasão russa. Ou seja, para um líder militar, o desafio na condução de uma guerra assenta na relação funcional entre a «maravilhosa» trindade.

Terceira cena — A dialética e o Estado

A perspectiva trinitária assenta em duas bases: uma estrutura dialética e a centralização do Estado no desencadear da guerra.

É fácil associar a visão trinitária de Clausewitz à dialética do idealismo germânico. À semelhança de Hegel, o prussiano procurou unificar uma determinada forma de conhecimento que lhe aparecia dividido entre teoria e prática. E ele tentou unificar o dualismo das abordagens iluministas sobre da guerra. Tanto Hegel como Clausewitz acreditavam na unidade final de um pensamento racional. E foram precursores da análise fenomenológica — um método que vê como possível a abordagem do fenómeno como um todo, chegando assim à sua estrutura essencial, que, de outra forma, nunca se revelaria.

O general procurou fazer uma síntese dialética entre a teoria e a prática da guerra, em que uma afeta a outra. A duas ideias formam uma antítese lógica exata, isto é, se uma coisa é o complemento da outra, então cada uma está implícita na outra, dizia o prussiano. Assim, a guerra como violência absoluta surge-lhe como a tese. A atividade racional será a sua contraposição, ou seja, à antítese. O balanço trinitário será a síntese, que, em si, tem também uma estrutura dialética.

A outra base para a trindade é a associação direta da guerra ao Estado. Aqui, no entanto, é preciso lembrar duas coisas: a primeira é que a obra tem como pano de fundo a queda do paradigma do Estado absolutista e do *ancient regime*; e a segunda é que foi pensada aquando do despertar dos nacionalismos pós-napoleónicos. Temos então uma transição que se vai consolidando com a crescente importância do conceito de Estado-nação.

Desde meados do século xvii que o Estado reivindicou para si o monopólio legal e legítimo da violência armada. A guerra entre estados passou a ser encarada como paradigma de todos os conflitos militares. Dos ímpetus imperialistas napoleónicos à implosão da União Soviética, os grandes conflitos armados que assolaram o mundo foram, em grande medida, confrontos entre Estados. E é bebendo então desse *zeitgeist*, que, 1919, Max Weber, no *Politik als Beruf* (*A Política como Vocação*) aponta como umas das características principais do Estado moderno a monopolização da violência.

Quarta cena — A natureza da guerra

Apesar da disrupção causada pela Guerra Russo-Ucraniana, que reintroduziu no espaço europeu um

conflito convencional de alta intensidade entre Estados, a tendência observada nas últimas décadas mantém-se relevante: os conflitos têm-se desenrolado predominantemente no interior dos estados, com crescente protagonismo de atores não estatais. Os confrontos armados assumem, assim, frequentemente características irregulares e de baixa intensidade, sendo que a incapacidade dos exércitos mais bem equipados do mundo perante milícias com armamento considerado básico e reduzida preparação militar levou muitos analistas a concluir que a natureza da guerra teria mudado. Este argumento veio a solidificar-se com os atentados de 11 de setembro de 2001, com a globalização do terrorismo jihadista e com o surgimento do DAESH, parecendo relegar Carl von Clausewitz para os livros de história.

Contudo, o caso ucraniano demonstra que a guerra interestatal não desapareceu, antes coexistindo com formas híbridas de confronto, uma tendência igualmente visível no envolvimento indireto do Irão em conflitos regionais através de atores não estatais e estratégias assimétricas. Deste modo, reforça-se a ideia de que a guerra adapta o seu carácter ao contexto histórico e tecnológico, sem alterar a sua essência fundamental.

A guerra, de acordo com o general, sendo um camaleão, é constante na essência. O seu carácter é que sofre alterações, porque se adapta ao contexto. Um camaleão será sempre camaleão — a cor é que vai mudando. Alterações tecnológicas, inovações táticas ou estratégicas (como poder aéreo, nuclearização, etc.) não alteram a essência de uma guerra. A forma de a fazer é que está (e estará) em permanente mudança. E isso depende de fatores conjunturais, e não de fatores essenciais. Consoante a contexto, as partes em confronto hão de variar, assim como os objetivos de luta e as armas utilizadas. Contudo, a guerra, na sua essência, frisamos, não muda. Cada guerra deverá ser entendida de acordo com o contexto em que se insere, e não isoladamente.

Uma teoria geral da guerra, como a de Clausewitz, apenas dá o mote sobre aquilo que se deve procurar. Não aponta particularidades que apenas deverão ser encontradas caso a caso. E não especifica o que se deve fazer — aborda o como pensar acerca do que se deve fazer. A guerra é, portanto, um fenómeno em si. A dimensão bélica, normativa ou geopolítica são apenas um dos vários aspetos que a compõem. E esses, naturalmente, sofrem processos de mutação e adaptação.

Agora, se aprofundarmos um pouco mais o argumento clausewitziano, vemos que a «maravilhosa» trindade está presente mesmo no confronto entre duas singularidades. Aqui também há uma combinação entre razão, paixão irracional e acaso. Inclusive. E, se nos afundarmos em conceitos mais abstratos e metafóricos, podemos fazer paralelismo com a relação entre o «estado de natureza» hobbesiano (estado anterior à constituição da sociedade civil) e o exercício de governação (bem comum, organização política...) — o último refreia, porque racionaliza, as relações do primeiro. N'A *República*, de Platão, está a visão tripartida — divide-se o Estado em governantes, soldados e negociantes, que é um reflexo da divisão platónica da alma entre razão, espírito e apetite. A justiça será a saúde da alma, que depende da interação destes três fatores. Portanto, o sistema trinitário está presente em todos os atores estratégicos, sejam eles individuais, grupais, estatais ou não estatais.

O carácter multifacetado e o dinamismo fazem da «maravilhosa» trindade uma ferramenta analítica eficaz para abordar o fenómeno da guerra. Realça que as forças que espoletam e conduzem uma guerra desenrolam-se entre o racional e as influências irracionais da emoção humana, passando pelos tais efeitos *arracionais* da sorte e do «acaso». Estes três elementos estão bem presentes em todos os conflitos armados

de carácter político, mesmo nos de baixa intensidade e/ou com atores não estatais.

Neste sentido, as guerras que não são conduzidas por um estado também são passíveis de uma análise trinitária. Os movimentos que as desencadearam também estão providos de líderes, combatentes e apoiantes. É uma boa fórmula para perceber a dinâmica que gere a relação entre o ódio primordial e a população, a ideologia e os líderes políticos, e os combatentes e a superação do acaso pelos estrategas e líderes militares. Agora, se à semelhança do que fez Clausewitz, reificarmos sociopoliticamente a «maravilhosa» trindade, associando-a não ao Governo, às forças armadas e ao povo, mas sim a líderes populares (ou organizações), a combatentes e apoiantes, encontramos facilmente a sua atualização.

Ato III:²

«Sobrevalorizamos a eficiência técnica em detrimento de um ideal sacramental da guerra?»

Desde os inícios do século xx que praticamente todos os cientistas, criadores de novas tecnologias, consideraram que o seu dispositivo iria acabar com a guerra. Einstein não foi exceção. Tal como outros, o físico teve a sua imagem associada à guerra. Neste caso, associada à criação da bomba atômica, que causou cerca de duzentos mil mortos.

Com isto quer-se dizer duas coisas. A primeira é que a forma de fazer guerra evolui em paralelo com a tecnologia, ganhando em capacidade destrutiva e poupando o guerreiro do sofrimento físico, procurando até retirá-lo do campo de batalha. A segunda, mais perversa, reflete que, não obstante o avanço tecnológico e a eventual evolução do Homem, o que é discutível é paz e não guerra.

² Os parágrafos que se seguem tiveram como ponto de partida um artigo do autor publicado no jornal *Expresso* do dia 10 de junho de 2016, intitulado «Guerras pós-humanas?»